

CONTRATO Nº 031/2013 – AJUR/ FHB,
que entre si celebram a **FUNDAÇÃO**
HEMOCENTRO DE BRASÍLIA e a
empresa **BIOTÉCNICA COMÉRCIO E**
ASSISTÊNCIA DE EQUIPAMENTOS
HOSPITALARES LTDA.

Pelo presente instrumento, de um lado, a **FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 86.743.457/0001-01, com sede no Setor Médico Hospitalar Norte – quadra 03, conj. “A”, bloco 03, Brasília/DF, doravante denominada simplesmente **FHB** ou **CONTRATANTE**, representada neste ato por sua Diretora - Presidente, **BEATRIZ MAC DOWELL SOARES**, brasileira, casada, médica, residente e domiciliada nesta Capital, portadora do CPF/MF nº 307.615.067-72 e da Carteira de Identidade nº 2.994.650 SSP – RJ, e de outro lado, a empresa **BIOTÉCNICA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 37.107.117/0001-89, sediada em Brasília – Distrito Federal à SEPS EQ 712/912 conj. B bloco 01 sala 217 e 223, CEP: 70.390-125, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **FERNANDA JARDIM DE SOUZA**, brasileira, solteira, dentista, portador da Carteira de Identidade com o nº 27.070.659 SSP/SP e do CPF/MF nº 835.009.871-68, tendo em vista o que consta no **Processo nº 063.000.030/2013**, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, têm entre si justo e acertado a celebração do presente **CONTRATO DE FORNECIMENTO**, na forma das condições e cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PROCEDIMENTO

O presente Contrato tem como fundamento jurídico o art. 25 caput, inc. I da Lei Federal nº8.666/93, caracterizando a Inexigibilidade de licitação, em se tratando a CONTRATADA de fornecedora exclusiva, conforme Atestado de Exclusividade na fl. 37.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a *“contratação de empresa especializada para a aquisição de insumos e locação de equipamentos em forma de conjunto integrado: aquisição de insumos com locação de equipamento”*, conforme abaixo especificado:

2.1 Característica do equipamento:

- a) O equipamento fornecido deverá ser totalmente automatizado, apropriado para a realização dos ensaios microbiológicos descritos nos procedimentos do Controle de Qualidade de Hemocomponentes, Controle de Qualidade de Insumos Hemoterápicos e Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário - BSCUP, realizando necessariamente os seguintes procedimentos:
- b) Realizar testes de cultura de sangue, com detecção colorimétrica, fluorimetria ou detecção química para o crescimento bacteriano, alertas visuais e sonoros imediatos para frascos positivos, controle de qualidade realizado automaticamente, gerenciamento de dados através de software, tela do equipamento em "touch screen";
- c) Possuir capacidade total de incubação entre 200 a 300 frascos, com possibilidade de acréscimo de módulos de incubação;
- d) Ter módulo controlador capaz de gerenciar módulos de incubação;
- e) Deverá vir acompanhado de todos os acessórios e materiais necessários para sua instalação, calibração e funcionamento;
- f) Deverá vir acompanhado de computador e impressora (cartucho e papel específico para o equipamento) para a realização dos testes;
- g) Apresentar manual de operação completo em língua portuguesa;
- h) Ter registro obrigatório no Ministério da Saúde do Brasil, válido e comprovado.

2.2 Insumos (Descrição e quantitativo):

- a) **ITEM A: Frascos de cultura para crescimento de microorganismos aeróbios** (bactérias e fungos), contendo entre 30 a 40 ml de meio líquido de digestão caseína de soja, polienatolsulfonato de sódio, cloridrato de piridoxina e outros compostos necessários para a estabilização do meio de cultura e do crescimento de microorganismos aeróbios, preparados em água destilada estéril, utilizados para testes de controle de qualidade em unidades de plaquetas desleucocitadas por aférese, concentrados de plaquetas de sangue total desleucocitadas, unitários e em "pool" de até 06 unidades. Os frascos deverão conter sensor interno para detecção de dióxido de carbono, descartáveis, pronto para uso. O produto deverá estar acompanhado do certificado de qualidade do lote emitido pelo fabricante confirmando, a esterilidade e a promoção de crescimento dos microorganismos testados.

Quantidade: 5.600 frascos/ano

- b) **ITEM B: Frascos de cultura para crescimento de microorganismos anaeróbios e microrganismos anaeróbicos facultativos (bactérias)**, contendo entre 25 a 40 ml de meio líquido de digestão caseína de soja, polienatolsulfonato de sódio, menadiona, hemina, extrato de levedura, e outros compostos necessários para a estabilização do meio de cultura e do crescimento de microorganismos anaeróbios, preparados em água destilada estéril, utilizados para testes de controle de qualidade em unidades de plaquetas desleucocitadas por aférese, concentrados de plaquetas de sangue total desleucocitadas, unitários e em "pool" de até 06 unidades. Os frascos deverão conter sensor interno para detecção de dióxido de carbono, descartáveis, pronto para uso. O produto deverá ser acompanhado do certificado de qualidade do lote emitido pelo fabricante confirmando, a esterilidade e a promoção de crescimento dos microorganismos testados.

Quantidade: 5.000 frascos/ano

- c) **ITEM C: Conjunto de cepas-padrão de microorganismos**, para uso como controle positivo de meios de cultura, para inoculação única, apresentadas como esferas solúveis em água contendo de 10 a 100 cfu de cada microorganismo. O conjunto deverá conter as cepas

discriminadas a seguir: C. Albicans , E. coli, P Aeruginosa, S. Aureus, B.Cereus e S.Pyogenes.

Quantidade: 01 conjunto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor total do Contrato é de R\$ 356.020,00 (Trezentos e cinquenta e seis mil e vinte reais) procedente da autorização do empenho da despesa, liquidação e o respectivo pagamento, sendo R\$ 317.620,00 (Trezentos e dezessete mil, seiscentos e vinte reais) para o elemento de despesa 33.90.30 e R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais) anual, para o elemento de despesa 30.90.39 nos termos da correspondente lei orçamentária anual, consoante Notas de Empenho (nº 2013NE00374 e 2013NE00375, fls. 197/199), correndo as despesas por conta da seguinte rubrica orçamentária:

- I. Unidade orçamentária: 23202
- II. Programa de trabalho: 10.303.6202.4028.0002
- III. Elemento de Despesa: 33.90.30/33.90.39
- IV. Fonte de Recurso: 138 (Recursos do SUS)

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E DO LOCAL DE FORNECIMENTO

O fornecimento do objeto deste Termo processar-se-á de forma parcelada, devendo CONTRATADA efetuar a entrega dos materiais da seguinte forma:

Para o item a: 04 parcelas iguais de 1.400 frascos cada, com prazo de validade mínimo de 06 meses na data de entrega na FHB.

Para o item b: 04 parcelas iguais de 1.250 frascos cada, com prazo de validade mínimo de 06 meses na data de entrega na FHB.

Para o item c: Parcela única, 30 dias após o recebimento da nota de empenho, com prazo de validade mínimo de 12 meses, na data de entrega na FHB.

Prazos para entrega: 1ª parcela em até 30 dias após o recebimento da nota de empenho. 2ª parcela em 60 dias após o recebimento da 1ª parcela. 3ª parcela em 90 dias após o recebimento da 2ª e 4ª parcela em 180 dias após o recebimento da 3ª parcela.

A entrega e instalação do equipamento será da seguinte forma:

- I. A entrega do equipamento deverá ser concomitante com sua instalação na Gerência do Controle de Qualidade - (GCQ/FHB), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota de Empenho pela empresa contratada, no horário das 8h às 12h e das 14h às 17h no setor de Patrimônio.
- II. Os insumos deverão ser entregues no Setor de Material no horário compreendido entre 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h.
- III. Local de entrega: Fundação Hemocentro de Brasília, SMHN Quadra 03, Conjunto A, Bloco 03 – Asa Norte, Setor de Material.

Os materiais dos **itens A, B e C** deverão apresentar **prazo de validade de no mínimo 06 (seis) meses a partir da data de entrega.**

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica admitida a sua prorrogação, de acordo com as hipóteses previstas no § 1º, do art. 57 da Lei 8.666/93, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcelas, mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar a regularidade fiscal para com a Fazenda do Distrito Federal, Seguridade Social (CND), ao FGTS e à Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura e eficácia com a respectiva publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal, podendo ser prorrogado conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1 A garantia para a execução do Contrato será prestada na forma de:

I – caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II – seguro-garantia; ou,

III – fiança bancária.

7.2 A garantia será de 2% (dois por cento) do valor do contrato, conforme §2º. Art. 56 da Lei nº8.666/93.

7.3 A fiança bancária formalizar-se-á através de carta fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do art. 827, do Código Civil de 2002.

7.4 Toda e qualquer quantia prestada pela licitante detentora da Ata:

- a. somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;
- b. poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15(quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;
- c. ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas e/ou judiciais;
- d. será liberada mediante pedido por escrito pelo contratado.

7.5 Sem prejuízo das sanções previstas na lei e no Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da Nota de Empenho emitida.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da FHB durante a vigência do contrato:

- 8.1 Cumprir todos os compromissos financeiros autorizados e assumidos com a Contratada;
- 8.2 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa executar o objeto do Contrato;
- 8.3 Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre quaisquer intercorrências e/ou irregularidades observadas na execução do objeto do Contrato;
- 8.4 Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 8.5 Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com as especificações deste Termo;
- 8.6 Cumprir com as obrigações previstas no Edital de Licitação, mesmo que não transcritas para o presente Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da **Contratada**:

- 9.1 A Contratada fica obrigada a apresentar, à FHB:
- 9.2 Até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
- 9.3 Comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais; e
- 9.4 Garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos à **FHB**, bem como efetuar a imediata substituição, às suas expensas, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, após a comunicação da FHB, de qualquer produto entregue, que não esteja de acordo com as especificações ou em relação ao qual, posteriormente, não obstante os testes realizados, venha a se constatar qualquer adulteração ou vício;

- 9.5 Zelar e garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos à FHB, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo poder Público;
- 9.6 Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos produtos, responsabilizando-se pela qualidade das embalagens que acondicionam o produto;
- 9.7 Responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, fretes, seguros, transporte, embalagens, e demais encargos decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato;
- 9.8 Responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- 9.9 Entregar os produtos observando o seguinte:
- 9.10 O acondicionamento e transporte devem ser feitos dentro do preconizado para os produtos e devidamente protegidos do pó e variações de temperaturas. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto, devendo ser utilizadas preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte;
- 9.11 As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento, etc.);
- 9.12 As embalagens primárias individuais dos produtos devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.
- 9.13 Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço;
- 9.14 A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes;
- 9.15 A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.16 Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;

9.17 A contratada declarará a inexistência de possibilidade de transferência à FHB, de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública;

9.18 Fica a CONTRATADA obrigada a cumprir todas as condições constantes em Edital e seus anexos, que são partes integrantes do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista na Ata de Registro de Preços, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

10.1 Das Espécies.

10.1.1 As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006:

I – advertência;

II – multa; e

III – suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

III.1 – para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de

modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em Ata de Registro de Preços e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

10.1.2 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.2 Da Advertência

10.2.1 A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela CENTRAL DE LICITAÇÕES, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II – pelo ordenador de despesas da FHB se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

10.3 Da Multa

10.3.1 A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas da FHB, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da FHB, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

10.3.2 A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

10.3.3 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

10.3.4 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

10.3.5 Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

10.3.6 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 11.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

10.3.7 Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 11.3.1.

10.3.8 A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 11.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

10.4 Da Suspensão

10.4.1 A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a FHB, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela CENTRAL DE LICITAÇÕES, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido na Ata de Registro de Preços, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

- a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

10.4.2 São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a CENTRAL DE LICITAÇÕES, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas da FHB, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

10.4.3 A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

10.4.4 O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

10.5 Da Declaração de Inidoneidade

10.5.1 A declaração de inidoneidade será aplicada pelo (a) Diretor (a) Presidente da FHB, à vista dos motivos informados na instrução processual.

10.5.2 A declaração de inidoneidade prevista neste item 11.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a FHB pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

10.5.3 A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.6 Das Demais Penalidades

10.6.1 As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela CENTRAL DE LICITAÇÕES, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 11.5;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 11.4.3 e 11.4.4.

10.6.2 As sanções previstas nos subitens 11.4 e 11.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

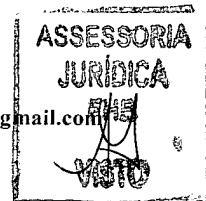
III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

10.7 Do Direito de Defesa

10.7.1 É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

10.7.2 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

10.7.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;



10.7.4 Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

10.7.5 Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

10.7.6 Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 11.2 e 11.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.8 Do Assentamento em Registros

10.8.1 Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

10.8.2 As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

10.9 Da Sujeição a Perdas e Danos

10.9.1 Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas nesta Ata de Registro de Preços, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à FHB pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

10.10 Disposições Complementares

10.10.1 As sanções previstas nos subitens 11.2, 11.3 e 11.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas da FHB.

10.10.2 Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente na FHB.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Toda e qualquer alteração deste Contrato deve observância à forma preconizada no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, mediante Termo Aditivo próprio que não lhe altere o objeto.

PARÁGRAFO ÚNICO – a alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, **dispensa a celebração de aditamento.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da FHB, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista na Ata de Registro de Preços, observado o disposto nos arts. 77, 78 e 79 da Lei n.º 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DÉBITOS PARA COM A FHB

Os débitos da Contratada para com a FHB, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO EXECUTOR

A FHB, por meio de ato próprio, e com amparo no art. 67 da Lei n.º 8.666/93, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela FHB, na Imprensa Oficial do Distrito Federal, de acordo com o Parágrafo Único, do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.


CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília – Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias ao presente contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PARÁGRAFO ÚNICO – Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, conforme Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012.


E assim, por estarem justas e acertadas, as partes firmam o presente CONTRATO, em 03 (três) vias de igual teor, forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília, 27 de maio de 2013.



BEATRIZ MAC DOWELL SOARES
FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE
BRASÍLIA

Diretora - Presidente

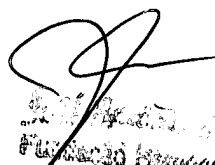


FERNANDA JARDIM DE SOUZA
BIOTÉCNICA COMÉRCIO E
ASSISTÊNCIA DE EQUIPAMENTOS
HOSPITALARES LTDA
REPRESENTANTE DA CONTRATADA

Testemunhas:

1ª – Nome: _____
CPF: _____

2ª – Nome: _____
CPF: _____



Diretor Executivo

de 18 de agosto de 2011, e o disposto no Artigo 86 do Decreto nº 32.598 de 15 de dezembro de 2010, à vista das informações contidas nos presentes processos, RECONHEÇO A DÍVIDA, no valor de R\$ 3.885,72 (três mil oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos), referente a locação do imóvel situado na Quadra 08 – área reservada nº 03 – Sobradinho-DF, utilizado pela SES, no exercício 2004. Em 28 de maio de 2013. José de Moraes Falcão – Subsecretário.

Processo: 060.001.966/2011, Interessado: BRADISEL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AUTO PEÇAS LTDA, Assunto: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA. Com base no Decreto nº 33.522 de 08 de fevereiro de 2012, e o disposto no Artigo 86 do Decreto nº 32.598 de 15 de dezembro de 2010, à vista das informações contidas nos presentes processos, RECONHEÇO A DÍVIDA, no valor de R\$ 58.510,98 (cinquenta e oito mil quinhentos e dez reais e nove e oito centavos), referente a prestação de serviços para manutenção de veículos da frota oficial destinada à DIVISA, objeto do Contrato nº 036/2008, conforme Nota Fiscais anexas, devidamente atestadas, em conformidade com o despacho de fls. 348. Em 28 de maio de 2013. José de Moraes Falcão – Subsecretário.

CENTRAL DE COMPRAS

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 125/2013

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada em 17/05/2013, cuja abertura da sessão estava agendada para o dia 29/05/2013, às 09h. Objeto: Aquisição de produto destinado a transplante de rim e fígado, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

JANET GOMES DOS SANTOS ALENCAR

Pregoeira

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2013

A PREGOEIRA da Central de Compras/SUAG da Secretaria de Estado de Saúde comunica que no Pregão Eletrônico nº 47/2013, sagraram-se vencedoras do certame as empresas VITA MEDICAL MATERIAL HOSPITALAR LTDA-ME - CNPJ: 10.545.970/0001-26 para os itens 01 e 06, com valor total do item 01 de R\$ 27.444,44 e valor total do item 06 de R\$ 33.419,95, perfazendo o valor total do fornecedor de R\$ 60.864,39 e MEDI-GLOBE BRASIL LTDA - CNPJ: 04.242.860/0001-92 para o item 02, com valor total de R\$ 19.999,98, para o item 03, com valor total de R\$ 19.999,98, para o item 04, com valor total de R\$ 25.599,90, para o item 05, com valor total de R\$ 5.500,00, perfazendo o valor total do fornecedor de R\$ 71.099,86 e o valor global da Licitação de R\$ 131.964,25 (cento e trinta e um mil, novecentos e sessenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).

LARISSA ALVIM DE OLIVEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2013

A PREGOEIRA da Central de Compras/SUAG da Secretaria de Estado de Saúde comunica que no Pregão Eletrônico nº 56/2013, sagrou-se vencedora do certame a empresa MIFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 07.070.062/0001-19, para o item 01, com valor unitário de R\$ 2,6000 (dois reais e sessenta centavos), perfazendo o valor total global da Licitação de R\$ 4.461,60 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos).

LARISSA ALVIM DE OLIVEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 80/2013

A PREGOEIRA da Central de Compras/SUAG da Secretaria de Estado de Saúde comunica que no Pregão Eletrônico nº 80/2013, sagraram-se vencedoras do certame as empresas COMERCIAL PROGRESSO MATERIAL DE CONTRUÇÃO LTDA-ME - CNPJ: 11.397.994/0001-48, para o item 01, com valor unitário de R\$ R\$ 1.986,99 (hum mil e novecentos e oitenta e seis reais e noventa e nove centavos), à empresa ALFAMAX COMERCIO DE PRODUTOS PARA LIMPEZA E ESCRITÓRIO - CNPJ: 16.812.837/0001-75, para o item 02, com valor unitário de R\$ 1.445,00 (hum mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais), à empresa HIPER COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA-ME - CNPJ: 00.848.657/0001-03, para o item 03, com valor unitário de R\$ 494,11 (quatrocentos e noventa e quatro reais e onze centavos), perfazendo o valor total global da Licitação R\$ 20.204,95 (vinte mil e duzentos e quatro reais e noventa e cinco centavos).

LARISSA ALVIM DE OLIVEIRA

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2013

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - CNPJ 86.743.457/0001-01 - Contratada: BIOTÉCNICA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ 37.107.117/0001-89. Objeto: Contratação de empresa especializada para a aquisição de insumos e locação de equipamentos em forma de conjunto integrado: aquisição de insumos com locação de equipamento. Processo nº 063.000.030/2013. Notas de Empenho: UG - 170202, Gestão - 17202, Números - 2013NE00374 e 2013NE00375, Valores das NE's: R\$ 239.180,00 (duzentos e trinta e nove mil e cento e oitenta reais) e R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais). Licitação: Inexigibilidade de Licitação nº 2/2013-DAG/FHB. Vigência: O Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura e eficácia com a respectiva publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal, podendo ser prorrogado conforme

a legislação vigente. Valor: O valor total do contrato é de R\$ 356.020,00 (trezentos e cinquenta e seis mil e vinte reais). Programa de Trabalho: 10.303.6202.4028.0002. Natureza das Despesas: 33.90.30 e 33.90.39. Fonte de recursos: 138 (Recursos do SUS). Assinam: pela Contratante: Beatriz Mac Dowell Soares - Diretora Presidente; e, pela contratada: Fernanda Jardim de Souza.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 034/2013

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - CNPJ 86.743.457/0001-01 - Contratada: GM BARBOSA CONFECÇÕES - EPP. CNPJ 15.456.631/0001-97. Objeto: Confecção de camisetas, referente ao Lote 02. Processo nº 063.000.184/2012. Nota de Empenho: UG - 170202, Gestão - 17202, Número - 2013NE00386, Valor da NE: R\$ 60.200,00 (sessenta mil e duzentos reais). Licitação: Pregão Eletrônico nº 489/2012-SULIC/SEPLAN. Vigência: O Contrato vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua assinatura e eficácia com a respectiva publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal. Valor: O valor total do contrato é de R\$ 60.200,00 (sessenta mil e duzentos reais). Programa de Trabalho: 10.131.6007.8505.8717. Natureza das Despesas: 33.90.30. Fonte de recursos: 100. Assinam: pela Contratante: Beatriz Mac Dowell Soares - Diretora Presidente; e, pela contratada: Graziela Maira Barbosa.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2013

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - CNPJ 86.743.457/0001-01 - Contratada: RAVA EMBALAGENS E INDÚSTRIAS E COMÉRCIO LTDA. CNPJ 41.150.160/0005-28. Objeto: Alterar o cronograma de fornecimento do material constante no item I do Edital - Caixa Coletora para Resíduo Pêrfurocortantes, constantes do Contrato nº 001/2013-AJUR/FHB. Processo nº 063.000.287/2012. Assinam: pela Contratante: Beatriz Mac Dowell Soares - Diretora Presidente; e, pela contratada: Flávio Alves Coutinho Júnior.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2013

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - CNPJ 86.743.457/0001-01 - Contratada: EMBRAMAR DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA. CNPJ 10.619.918/0001-77. Objeto: Acrescentar o PARÁGRAFO ÚNICO à CLÁUSULA QUINTA, constante do Contrato nº 023/2013-AJUR/FHB. Processo nº 063.000.397/2012. Assinam: pela Contratante: Jose Antonio de Faria Vilaça - Diretor Executivo; e, pela contratada: Márcio Fabiano Rodrigues de Magalhães.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2012

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - CNPJ 86.743.457/0001-01 - Contratada: FRESINIUS HEMOCARE BRASIL LTDA. CNPJ 49.601.107/0001-84. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato originário. Processo nº 063.000.481/2011. Valor: O valor total do Contrato é de R\$ 329.436,00 (trezentos e vinte e nove mil e quatrocentos e trinta e seis reais). Vigência: Prorroga-se a vigência do Contrato por mais 12 meses. Programa de Trabalho: 10.303.6202.2811.0001. Elemento de Despesa: 33.90.39. Fonte de Recursos: 138 (Recursos do SUS). Assinam: pela Contratante: Beatriz Mac Dowell Soares - Diretora Presidente; e, pela contratada: Sidney Fiore.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2012

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - CNPJ 86.743.457/0001-01 - Contratada: ITA IND. E COM. DE CARIMBOS LTDA-ME. CNPJ 01.254.424/0001-45. Objeto: Aditivar ao Contrato, dentro do limite legal, os quantitativos do item 07 do edital: 10 unidades de Carimbo - material borracha especial macia, em fotopolímero, base e cabo em madeira, retangular (Dimensões: de 11 a 20 cm²). Processo nº 063.000.079/2012. Valor: O valor total do Termo Aditivo é de R\$ 33,80 (trinta e três reais e oitenta centavos). Programa de Trabalho: 10.122.6007.8517.0063. Elemento de Despesa: 33.90.30. Fonte de Recursos: 100. Assinam: pela Contratante: Beatriz Mac Dowell Soares - Diretora Presidente; e, pela contratada: Sérgio Innecco.

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2012

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - CNPJ 86.743.457/0001-01 - Contratada: FRESINIUS HEMOCARE BRASIL LTDA. CNPJ 49.601.107/0001-84. Objeto: Prorrogar o Contrato original, alterar a forma de fornecimento do Item 01 "BOLSA PARA ARMAZENAMENTO DE CONCENTRADO DE PLAQUETAS COM FILTRO ACOPLADO", Item 2 "BOLSA PARA ARMAZENAMENTO DE CONCENTRADO DE PLAQUETAS", Item 3 "BOLSA QUÁDRUPLO CPD/SAG-M TOP AND BOTTOM COM FILTRO INLINE FLEXIVEL PARA CONCENTRADO DE HEMÁCIAS", Item 4 "BOLSA QUÁDRUPLO CPD/SAG-M TOP AND BOTTOM (PLAQUETAS 5 DIAS-TOTM) COM COLETOR DE AMOSTRAS", Item 5 "BOLSA TRIPLA CPD/SAG-M (PLAQUETAS 5 DIAS-TOTM) COM COLETOR DE AMOSTRAS e Item 6 "REFIL PARA CONEXÃO ESTÉRIL", bem como reduzir o quantitativo em 5.080 (cinco mil e oitenta) unidades do Item 4 "BOLSA QUÁDRUPLO CPD/SAG-M TOP AND BOTTOM (PLAQUETAS 5 DIAS-TOTM) COM COLETOR DE AMOSTRAS" adicionados no 4º Termo Aditivo. Processo nº 063.000.481/2011. Valor: O valor total do Contrato é de R\$ 3.961.728,00 (três milhões, novecentos e sessenta e um mil e setecentos e vinte e oito reais). Vigência: Prorroga-se a vigência por mais 12 meses a partir de 11 de maio de 2013. Programa de Trabalho: 10.303.6202.2811.0001. Elemento de Despesa: 33.90.30. Fonte de Recursos: 138 (Recursos do SUS). Assinam: pela Contratante: Beatriz Mac Dowell Soares - Diretora Presidente; e, pela contratada: Sidney Fiore.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2013

A DIRETORA PRESIDENTE/FHB comunica a abertura da Dispensa de Licitação nº 07/2013-DAG/FHB, tipo menor preço por item, para aquisição de material e utensílios para atividades esportivas: CUNHAS DE ESPUMA, BOLAS PARA GINÁSTICA, BOLA CRAVO CRESPIA.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS E ACOMPANHAMENTO DO CADASTRO E DA FOLHA DE PAGAMENTO DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no artigo 14 da Portaria nº 194 de 31 de dezembro de 2004 e no artigo 3º da Portaria nº 61 de 30 de março de 2009, RESOLVE: CONCEDER Gratificação de Titulação no percentual de 15% (quinze por cento) nos termos das Leis nºs 3320/2004 e Portaria nº 194/2004, ao servidor EVERALDO MAIA, matrícula 117602-1, lotado na GAPE/DIAP, referente ao requerimento Anexo II, datado de 08/08/2005, que teve seu recurso deferido. Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação desta Ordem de Serviço retroagem à data do requerimento do servidor.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS E ACOMPANHAMENTO DO CADASTRO E DA FOLHA DE PAGAMENTO DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto na Portaria nº 61 de março de 2009, Art. 4º, I, b, publicado no DODF nº 63 de 1º de abril de 2009, RESOLVE: CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, aos servidores abaixo relacionados, nos termos da Lei Complementar 840/2011, condicionado o período de gozo, aos critérios da Administração, deduzidos os meses por ventura usufruídos. Administração Central (Nome; Matrícula; Documento; Quinquênio/ Período): ROSIMEIRY ELIAS DASILVA, matrícula 145.367-X, sem processo, 1º 02.04.2003 a 30.03.2008, 2º 31.03.2008 a 29.03.2013; MARLETE MARIANO DA SILVA, matrícula 143.746-1, processo nº 062.000380/1998, 4º 06.04.2008 a 04.04.2013; MARCIA ARAGAO DOS REIS, matrícula 121.293-1, processo nº 061.011959/1992, 1º 21.02.1983 a 19.02.1988, 2º 20.02.1988 a 18.02.1993, 3º 19.02.1993 a 17.02.1998, 4º 18.02.1998 a 16.02.2003, 5º 17.02.2003 a 15.02.2008, 6º 16.02.2008 a 14.02.2013; ANA BEATRIZ DUARTE VIEIRA, matrícula 127.135-0, processo nº 061.039040/1993, 5º 05.01.2008 a 03.01.2013; IVANCILDO VAZ DE MEDEIROS, matrícula 127.420-1, processo nº 061.022514/1994, 3º 13.07.1997 a 11.07.2002, 4º 12.07.2002 a 10.07.2007, 5º 11.07.2007 a 09.07.2012.

SÉRGIO DE SOUZA MARQUES

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

INSTRUÇÃO Nº 123, DE 23 DE MAIO DE 2013.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, no Art. 35, do estatuto aprovado pelo Decreto 14.937 de 13 de agosto de 1993 e considerando o disposto no artigo 6º Decreto nº 25.324 de 10 de novembro de 2004, publicado no DODF nº 7 de 11 de novembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 2.663, de 04 de janeiro de 2001, RESOLVE: AUTORIZAR a redução para 30 (trinta) horas semanais, a jornada de trabalho da servidora LAIANE DA SILVA CARNEIRO, matrícula 1401996-5, Técnico de Atividades do Hemocentro, Técnico de Laboratório, a partir de 1º de junho de 2013.

BEATRIZ MAC DOWELL SOARES

INSTRUÇÃO Nº 124, DE 23 DE MAIO DE 2013.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, no Art. 35, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 14.937, de 13 de agosto de 1993, RESOLVE: AUTORIZAR a dispensa de ponto da servidora MARGARIDA MARIA PINHEIRO CORRÊA CARNEIRO, matrícula 140694-9, Médica Hematologista, para participar do 6º Encontro do registro de Doadores de medula Óssea e Bancos Públicos de Sangue de Cordão Umbilical/11ª Jornada de Atualização em Transplante de Células-Tronco Hematopoéticas, no período de 05/06/2013 a 07/06/2013 na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

BEATRIZ MAC DOWELL SOARES

INSTRUÇÃO Nº 125, DE 23 DE MARÇO DE 2013.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, no Art. 35, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 14.937, de 13 de agosto de 1993, RESOLVE: CONCEDER licença para tratar de interesses particulares, pelo período de 01/06/2013 a 31/07/2013, ao servidor ANTÔNIO PEREIRA LIMA, matrícula 353166X, nos termos do Artigo 144 da Lei Complementar nº 840 de 23/12/2011.

BEATRIZ MAC DOWELL SOARES

INSTRUÇÃO Nº 126, DE 27 DE MAIO DE 2013.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, no artigo 35, do estatuto aprovado pelo Decreto nº 14.937, de 13 de agosto de 1993, resolve: HOMOLOGAR nos termos da Lei nº 3.648, de 26 de agosto de 2005 e Decreto nº 26.373, de 17 de novembro de 2005, o resultado final da Avaliação no Estágio Probatório dos servidores da Carreira de Atividade do Hemocentro de Brasília, a seguir: ANTÔNIA PAIVA LUCIANO, matrícula 1401911-6, aprovada com média final 9,55; DANIELA MÁRCIA CAIXETA COSTA, matrícula 1401912-4, aprovada com média final 9,4; KELLY BORGES BARBI, matrícula 1401909-4, aprovada com média final 9,84; MÁRCIA COSTA DE SANT'ANNA, matrícula 1401910-8, aprovada com média final 9,88; RAPHAEL BRITO DA SILVA COUTO, matrícula 1401908-6, aprovada com média final 10; RODRIGO NOGUEIRA GOMES, matrícula 1401914-0, aprovada com média final 10; WILSON PEREIRA DE SOUZA, matrícula 1401913-2, aprovada com média final 10.

BEATRIZ MAC DOWELL SOARES

INSTRUÇÃO Nº 128, DE 28 DE MAIO DE 2013.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 35, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 14.937, de 13 de agosto de 1993, RESOLVE:

Art. 1º Designar MÁRCIA CRISTINA DA SILVA, matrícula 200.804-1, como executora e JUSSIARA MAIZA DE ALENCAR, matrícula nº 1.401.862-4, como executora substituta do Contrato nº 031/2013-AJUR/FHB, objeto do processo nº 063.000.030/2013.

Art. 2º Designar MARIA HELENA NARDELLI BRUNO, matrícula 1.401.981-7, como executora e CARLOS EDUARDO LUSTOSA SANTOS, matrícula nº 1.402.090-4, como executor substituto do Contrato nº 034/2013-AJUR/FHB, objeto do processo nº 063.000.184/2012.

Art. 3º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

BEATRIZ MAC DOWELL SOARES

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIAS DE 15 DE MAIO DE 2013

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, inciso VI, do Decreto nº 7.165, de 29 de abril de 2010, c/c artigo 1º, inciso I, alínea "c", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e tendo em vista o ofício de nº 279/2013-AM/SSP-DF, de 07 de maio de 2013, RESOLVE: REVERTER ao respectivo Quadro, a contar de 07 de maio de 2013, o Primeiro-Tenente ARNALDO RIBEIRO DIAS FILHO - Mat. 09.930/9, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares Administrativos da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 80, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, por ter retornado da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, inciso VI, do Decreto nº 7.165, de 29 de abril de 2010, c/c artigo 1º, inciso I, alínea "c", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e tendo em vista o requerimento do interessado de protocolo nº 833/2013 - Diretoria de Pesquisa e do Patrimônio Histórico e Cultural, de 08 de maio de 2013, RESOLVE: AGREGAR ao respectivo Quadro, a contar de 15 de maio de 2013, o Major OSWALDO DO DIVINO MARTINS - Mat. 07.659/7, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares Músicos, de acordo com o artigo 77, § 1º, inciso II, combinado com os artigos 90, inciso I, e 91 da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, por se encontrar aguardando transferência para reserva remunerada por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

JOOZIEL DE MELO FREIRE

PORTARIA DE 17 DE MAIO DE 2013

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, inciso I, do Decreto nº 31.793, de 11 de junho de 2010, c/c artigo 1º, inciso I, alínea "c", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e tendo em vista o ofício de nº 728/CM, de 17 de maio de 2013, RESOLVE: REVERTER ao respectivo Quadro, a contar de 17 de maio de 2013, o Tenente-Coronel ALEXANDRE JOSÉ DA SILVA - Mat. 50.098/4, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 80, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, por ter retornado da Casa Militar da Governadoria do Distrito.

JOOZIEL DE MELO FREIRE

PORTARIA DE 20 DE MAIO DE 2013

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, inciso VI, do Decreto nº 7.165, de 29 de abril de 2010, c/c artigo 1º, inciso I, alínea "c", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e tendo em vista o ofício de nº 277/2013-AM, de 06 de maio de 2013, RESOLVE: AGREGAR ao respectivo Quadro, a contar de 03 de maio de 2013, o Coronel JOSÉ CARLOS DAS NEVES RIBEIRO - Mat. 50.048/8, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 77, § 1º, inciso I, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, por ter passado a disposição da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, para exercer função de natureza policial-militar.

JOOZIEL DE MELO FREIRE

PORTARIA DE 15 DE MAIO DE 2013

O SUBCOMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º, inciso I, do Decreto nº 31.793, de 11 de junho de 2010, c/c artigo 1º, inciso I, alínea "c", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e tendo em vista o ofício de nº 512/2013-AM/SSP-DF, de 10 de maio de 2013, RESOLVE: REVERTER ao respectivo Quadro, a contar de 02 de maio de 2013, o Coronel JOOZIEL DE MELO FREIRE - Mat. 50.030/5, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 80, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, por ter retornado da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.

PAULO SÉRGIO SOARES SARMENTO

DIRETORIA DE INATIVOS, PENSIONISTAS E CIVIS

PORTARIA Nº 622, DE 23 DE MAIO DE 2013.

O DIRETOR DE INATIVOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência prevista